

**PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO AGRÁRIO****1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Departamento	Unidade
Programa de Mestrado em Direito Agrário	Faculdade de Direito

Nome da Disciplina	Período a ser Ministrada
Atividade Agrária e risco: perspectiva civil	2018/1

Natureza da Disciplina (Obrigatória/Optativa)
Optativa

Distribuição da Carga Horária

Carga Horária Total	Teóricas	Práticas	Carga Horária Semanal
48	48	-	4 h/a

Ementa

<ol style="list-style-type: none">1. A constitucionalização do direito e a hermenêutica.2. Diálogos entre o direito agrário e o direito civil.3. Da responsabilidade civil à responsabilidade por danos.4. Política pública e direito agrário.5. Agrobiotecnologia e princípio da precaução.6. Segurança alimentar e proteção do consumidor.7. Danos ambientais (água, solo, floresta e reserva legal, APPs).8. Produtos agrícolas e responsabilidade do produtor.9. Contratos agrários: revisão, resolução e indenização.10. Responsabilização decorrente de relações de trabalho e de conflitos no campo.
--

Docente:

Dr(a). Pablo Malheiros da Cunha Frota
--

Goiânia, 15 de março de 2018

Coordenador(a) do Programa de Mestrado



PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO AGRÁRIO

2. OBJETO DA DISCIPLINA

A disciplina proposta visa a alavancar um conjunto de reflexões a partir da problematização sobre a relação entre Direito Agrário com a Constituição, com as demais disciplinas jurídicas, bem como com outras áreas do saber, em uma perspectiva hermenêutica e dogmática (estrutura e função), bem como com outras áreas do saber, como a agronomia, entre outras.

Nessa esteira, tem em seu cerne a preocupação de permitir a análise acerca do sentido, da estrutura e das funções da atividade agrária e da ideia de risco que abarca os institutos de Direito Agrário perquirindo acerca de sua significação constitucionalizada e de eventual ressignificação para o momento contemporâneo e, por consequência, de suas repercussões concretas nas relações sociais que se inserem no âmbito desse diálogo/tensão entre Direito Agrário e Constituição.

Para dar conta desse objetivo, centrado no fio-condutor atinente ao debate da atividade agrária e risco, propõe-se itinerário que recolhe desde as diversas formas de se conceber a referida atividade, passando pelo debate sobre os fundamentos e a forma de incidência dos enunciados normativos jusfundamentais nessas relações, até a análise específica das repercussões desse debate nas situações subjetivas existenciais e patrimoniais, aferidas com base nas funções que os institutos de base da disciplina podem adquirir no Direito contemporâneo.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral

Compreender o instituto da atividade agrária e o risco a partir do alinhamento entre teoria e prática, de forma crítica, propiciando o conhecimento amplo e verticalizado sobre o tema.

3.2. Específicos



PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO AGRÁRIO

- a) Compreensão da formação humanística e ética do(a) aluno(a); b) Proporcionar aos alunos e as alunas a adequada capacitação técnica, por meio do conhecimento teórico e habilidades práticas, a fim de relacionar o conteúdo ministrado com os exemplos hipotéticos e concretos desta unidade de conteúdo; c) Apreender como os institutos apresentados em sala podem conferir uma resposta aos problemas relacionados à atividade agrária e o risco; d) Construir uma visão crítica do Direito Agrário, a partir do estudo legislativo, judicativo e da literatura jurídica, sempre correlacionando a teoria com a prática.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Hermenêutica constitucionalizada do Direito; método hermenêutico; agronegócio e direito; sentido atividade agrária; posse e propriedade; risco; responsabilidade por Danos e agrotóxico; Políticas Públicas e agricultura familiar; Direito ao desenvolvimento, agronegócio e agroecologia; Land Grabbing e a normatividade do direito internacional; Cooperativismo e política pública agrária; princípios contratuais agrários.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Semestre Letivo 2018/1)

Datas	CONTEÚDO/ATIVIDADES
22/03/2018	Apresentação do plano de ensino e hermenêutica para o Direito – aula expositiva Professor e debate.
29/03/2018	Método hermenêutico e constitucionalização do Direito Agrário – aula expositiva Professor e debate.
12/04/2018	Direito e Agronegócio (debate na escola de agronomia)
19/04/2018	Sentido de atividade agrária – aula expositiva do Professor e debate.
26/04/2018	Posse e propriedade agrária – aula expositiva do Professor e debate.
03/05/2018	Sentido de Risco – aula expositiva do Professor e debate.
10/05/2018	Risco e Direito agrário - - aula expositiva do Professor e debate.
17/05/2018	Responsabilidade por danos e agrotóxico - - aula expositiva Professor e debate.
07/06/2018	Políticas Públicas e Agricultura familiar – apresentação do projeto de pesquisa da aluna Fernanda Chaveiro e debate.
14/06/2018	Direito ao desenvolvimento, agronegócio e agroecologia - apresentação do projeto de pesquisa do aluno Pauliney Costa e Cruz e debate.
21/06/2018	Land Grabbing e a normatividade do direito internacional - apresentação do

**PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO AGRÁRIO**

	projeto de pesquisa da aluna Renata Reis Lima e debate.
28/06/2018	Cooperativismo e política pública agrária - apresentação do projeto de pesquisa da aluna Ingrid Tayse e debate.
05/07/2018	Princípios contratuais agrários apresentação do projeto de pesquisa do aluno Rafael Narita e debate.

6. ESTRATÉGIAS DE ENSINO(Descrição das Estratégias)

1. Aulas expositivas, com recursos de projeção em tela;
2. Aulas práticas e visitas técnicas;
3. Recurso Audiovisual (slides, transparências e filmes técnicos);
4. Realização de Seminários pelos Acadêmicos;
5. Disponibilização da Bibliografia Básica para consultas pelos Acadêmicos;
7. Atendimento individual e/ou em grupos.

7. RECURSOS DISPONÍVEIS (Descrição das Estratégias)

(Exemplo)

- 1.Fichas Técnicas;
- 2.Resumos/Sinopses;
- 3.Disposição no quadro-de-giz;
- 4.Projeção de slides e de transparências ilustrativas;
- 5.Documentários e filmes;
6. Textos

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (Descrição das Estratégias)

**PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO AGRÁRIO**

Nota 1: Texto do artigo individual que deverá ser enviado para o e-mail pablomalheiros07@gmail.com até às 23h59 do dia 16 de setembro de 2018 – valor 6,0 (seis) pontos;

Nota 2: Apresentação do seminário - valor 2,0 (dois) pontos;

Nota 3: Participação nas aulas – 2,0 (dois) pontos.

Para ser aprovado o aluno ou a aluna deve obter a média o conceito C, que se refere numericamente à nota mínima de 7,0 (sete) pontos, conforme art. 48 da Resolução UFG CEPEC 1402/2016:

Art. 48. O rendimento acadêmico do estudante em cada disciplina deverá ser avaliado pelos meios previstos na sua programação acadêmica e expressos mediante os seguintes conceitos:

Conceito Significado

A	Muito Bom, aprovado, com direito ao crédito.
B	Bom, aprovado, com direito ao crédito.
C	Regular, aprovado, com direito ao crédito.
D	Insuficiente, reprovado, sem direito ao crédito.

Deverá entregar o trabalho por escrito, em word, em até 30 (trinta) laudas, em papel A4, com a formatação da ABNT.

Formatação do trabalho escrito

Margem superior e esquerda: 3 cm

Margem inferior e direita: 2 cm

Fonte: Times, Times New Roman, Arial, Cambria ou Calibri (todos os formatos em 12pts)

Formatação dos parágrafos:

Recuos: zero

Formatação da página:

Margem superior e esquerda: 3 cm

Margem inferior e direita: 2 cm



PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO AGRÁRIO

Fonte: Times, Times New Roman, Arial, Cambria ou Calibri (todos os formatos em 12pts)

Formatação dos parágrafos:

Recuos: zero

Deslocamento primeira linha: 1,25cm

Espaçamento superior: zero

Espaçamento inferior: 0 pts

Entrelinhas: 1,5

Quebras de linha e de página: manter controle de linhas órfãs

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS (Descrição das Estratégias)

Critérios avaliativos para os textos escritos e os seminários.

O texto escrito, o seminário e participação em sala de aula serão avaliados com base nos seguintes critérios:

- i) capacidade de desenvolver uma abordagem discursiva do tema examinado, articulando adequadamente as posições expostas no texto com referências pertinentes e contemporâneas;
- ii) capacidade de apresentar perspectivas analíticas relevantes em relação ao tema, demonstrando compreensão dos debates contemporâneos;
- iii) capacidade de demonstrar autonomia intelectual no exame do tema;
- iv) capacidade de articular os conhecimentos teóricos com elementos da prática jurídica.

O texto escrito deve obedecer o dever de fundamentação posto no art. 489 do CPC/15 e aos documento dicas para trabalhos acadêmicos. É OBRIGATÓRIO QUE TODAS AS PALAVRAS AVALIATÓRIAS SEJAM DENSIFICADAS. Quem não adotar o método da ponderação deve explicitar o método utilizado para fundamentar a decisão. A fundamentação deverá ocorrer com a densificação das palavras avaliatórias, com a citação em cada parágrafo das fontes das quais foram extraídas as ideias contidas no texto, como será apontado em sala de aula. Se não houver a citação das fontes como pedido, o trabalho levará a nota zero. Vide documento do CNPQ que será enviado aos alunos e as alunas.

10. BIBLIOGRAFIA

Apresentação segundo as Normas da ABNT

As referências serão passadas em cada aula para os discentes e as discentes.